

Síndrome do suicídio: drama kaiowa

LUCIA TORIBIO
Enviada Especial

DOURADOS, MS — A comunidade indígena kaiowa vai enterar hoje a terceira vítima de suicídio só este ano na Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Maura Ramirez, de 15 anos, foi encontrada pela mãe, Altina Suardi, na tarde de domingo, enforcada em uma árvore próxima ao centro da aldeia. Há três meses, a irmã de Maura, Helena Ramirez, de 16 anos, também cometera suicídio por enforcamento. Nos últimos 12 meses, foram registrados 29 suicídios de jovens kaiowas, com idade entre 13 e 19 anos, além de 36 tentativas.

— Agora só sobram três — Altina repetia, ao lado do caixão, observando a filha de cinco anos e dois jovens, de 14 e 17 anos, que agora compõem a família indígena.

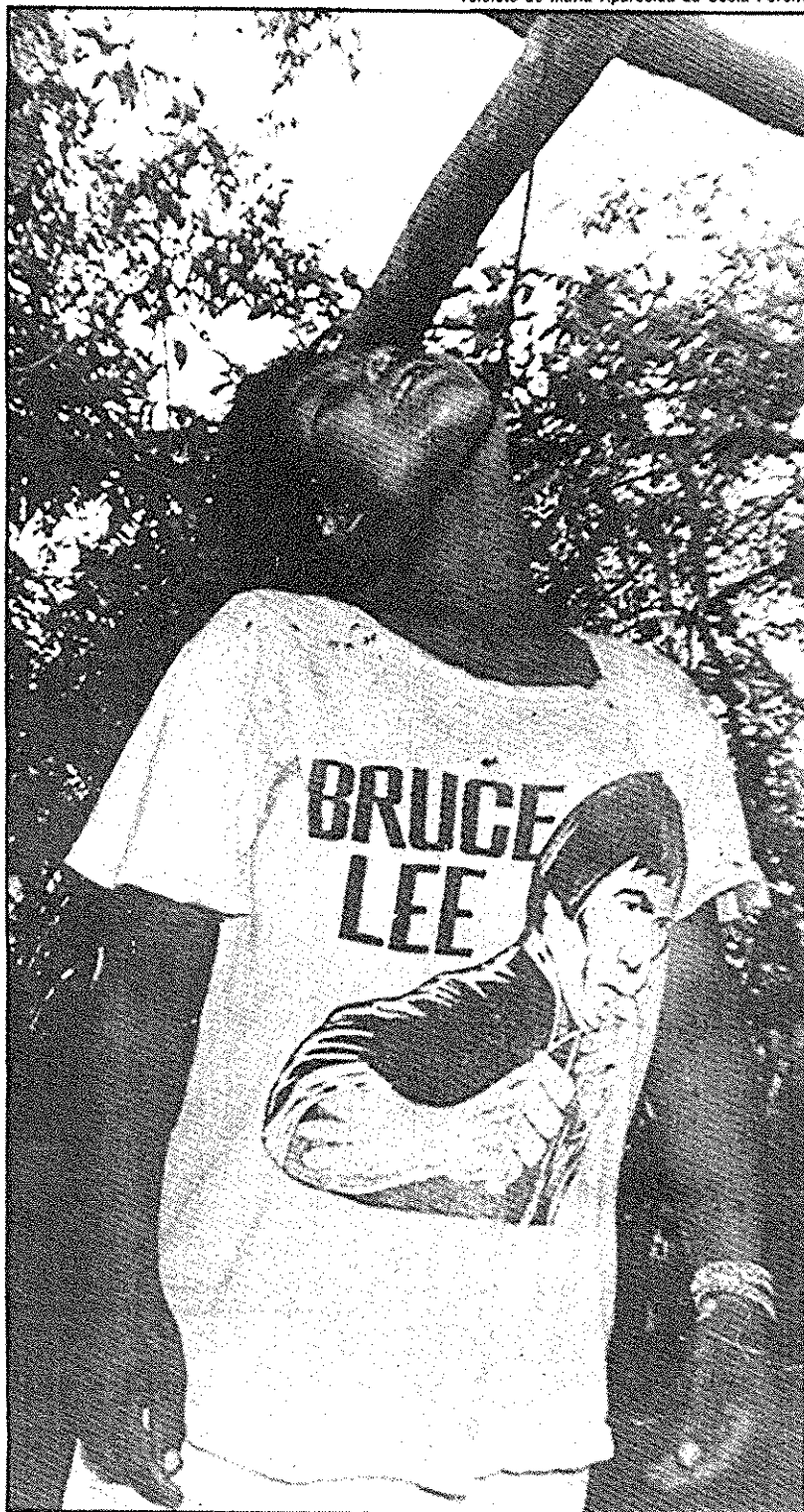
Até à morte, Maura repetiu o caminho da irmã Helena e de toda uma geração de kaiowas, que moram na Reserva de Dourados e trabalham como bóias-frias nas fazendas da região ou, na época da colheita de cana, passam meses trabalhando nas usinas de açúcar. Super-habitada, a área demarcada para a comunidade — 3.600 hectares divididos entre 7.700 índios kaiowa, nhambeva e terena — é insuficiente para garantir a sobrevivência e abrigar a cultura dos índios da região, tradicionalmente agricultores. Na semana passada, segundo Altina, Maura saiu para trabalhar como bóia-fria. Voltou no sábado e foi à cidade fazer compras. Mandou os mantimentos para casa por intermédio de uma prima, passou em frente à plantação de soja que cerca a tapera da família e seguiu para uma árvore próxima, onde se enforcou.

— É feitiço. Ela estava triste, sonhava que a Helena a chamava — explicou a mãe da menina, falando em guarani.

A psicóloga da Funai Maria Aparecida da Costa Pereira, que desde outubro está na área, ainda não conseguiu identificar com clareza a causa dos suicídios. Numa das hipóteses levantadas, os enforcamentos, que Altina Suardi explicou como feitiço, tomam contornos de uma doença psico-social, alastrada em função da falta de perspectiva entre os jovens.

— Nos depoimentos que eu ouvi, os adolescentes, de um modo geral, falam com tanta naturalidade da possibilidade de se suicidar como da possibilidade de trabalhar como bóias-frias ou se casar. É uma opção como qualquer outra — constata a psicóloga.

Nenhum dos adolescentes mortos, lembra o antropólogo Celso Aoki, do Projeto Kaiowa-Nhambeva, passou pelo rito de



A índia Maura Ramirez, 15 anos, enforcada numa árvore da aldeia kaiowa

iniciação, quando os índios são preparados pelos mais velhos para a vida adulta. Mas para Aparecida, independentemente da causa que levou cada um dos jovens kaiowas ao suicídio, as mortes delatam a deterioração a que foi submetido esse grupo indígena.

— O que se percebe de forma inequívoca é uma cultura em agonia, pedindo socorro — avalia Maria Aparecida.

A morte de Maura ocorreu na véspera da chegada de três "nhanderus" — sacerdotes guaranis — trazidos do Paraguai para ajudar espiritualmente a comunidade de Dourados. No país vizinho, os índios kaiowa e nhambeva, sub-grupos da nação Guarani, vivem em situação incomparavelmente melhor do que

as comunidades brasileiras. Em 36 áreas demarcadas, os paraguaios exercitam a cultura e praticam "teko" (modo de ser guarani), desde o sistema de produção até à organização do universo mágico. Daí a decisão das lideranças de Dourados de trazer os sacerdotes, que há pelo menos duas gerações raramente são formados entre os guaranis do Brasil. Mas os três "nhanderus" que começam a trabalhar hoje na "ogaguassu" (a casa grande construída especialmente para as rezas) vão enfrentar a hostilidade de uma parte da comunidade, que, influenciada pelas seitas pentecostais (Casa da Bênção e Igreja Quadrangular, instaladas dentro do território indígena), classificou os sacerdotes guaranis de "anti-cristos, os profetas do apocalipse".

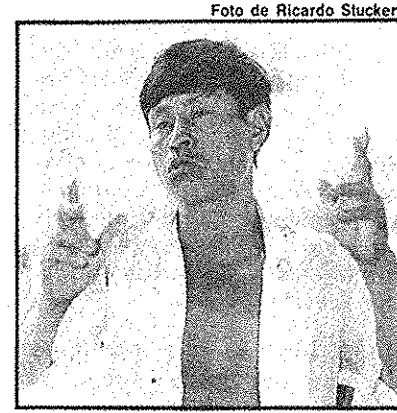
Líder da comunidade garante que o problema é a terra

DOURADOS/MS — "Vamos falar em terra. É isso que resolve. Eu quero ouvir um dia alguma autoridade falar assim: Jarará, Cerrito, Guassuti, Jaguari, Jaguassipé, essas aldeias todas são terra guarani. Está tudo certo. O suicídio não. Suicídio é outra coisa. Não se fala assim. A primeira coisa é a terra".

Carlito Oliveira, líder da comunidade kaiowa de Dourados, o "capitão", distingue com clareza o que é problema do branco e o que é problema do índio. Problema do branco é garantir o direito do índio à sua terra. Os suicídios, para ele, são problema interno da comunidade.

— Não mistura arroz e feijão. Eu comecei trabalhando com o "velho" (o índio Ireño, hoje com 110 anos, antigo líder dos kaiowa de Dourados) quando tinha 17 anos e sempre ouvi falar em resolver o problema de terra. Hoje estou com 32, e só vi índio ser despejado.

O "capitão" Carlito tem sob seu encargo os problemas de uma Reserva invadida pelas populações das aldeias despejadas no Estado, além de índios de outro grupo, os terena, considerados mais susceptíveis à civilização, levados para a área pelo



Carlito: "suicídio é problema índio"

antigo SPI para ajudar na integração dos guaranis. Ano a ano, a espremida Reserva Indígena de Dourados ainda vai perdendo área.

— Prá 7.700 donos, como tem aqui, não tem jeito de resolver um problema desse, de invasão. Agora, para um fazendeiro, que é um só, a Justiça é rápida, diz que a terra é dele e despeja os índios. Como no Jarará, que os patrícios foram expulsos e ficaram ali do lado, morando em bar-

raca coberta de lona preta, ou Jaguapirá, que um pouco foi pra Sossoró e um pouco pra Campo Limpo. E outros vem pra cá. Vem pra cá, fica. Eu vou despejar, também?

Com um discurso inflamado, quase raivoso, Carlito protesta contra o descaso com que as denúncias dos kaiowas sempre foram tratadas pelas autoridades.

— Parece que a gente não reclama, não recorre para os órgãos, para a lei que eles têm na mão. Por isso que eu me queimo. Parece que o índio tá aqui, preguiçoso; como o fazendeiro fala. Preguiçoso na terra da gente, porque na terra deles é trabalhador. A gente fala, a gente grita, mas parece que ninguém ouve.

Depois de tanto tempo de luta pela terra, Carlito já não sabe o que esperar.

— Esperança... ai você me apertou. O que a gente vai ensinar para as crianças, para os jovens? Que eles têm uma terra, que no futuro eles têm que cuidar dessa terra, o que eles devem fazer? O que a gente vai ensinar para os mais jovens? Esperança? É, a gente luta, vai lutar sempre — garante, finalmente.

Superintendente da Funai culpa Governo pelas mortes

DOURADOS, MS — O Superintendente da Funai, Odenir Pinto de Oliveira, considerou a imagem da índia kaiowa Maura Ramirez, enforcada numa árvore da Reserva Indígena de Dourados, como a marca dos consecutivos erros da política indigenista praticada pelo Governo federal no Mato Grosso do Sul. Desde o início do Século, através do antigo Serviço de Proteção ao Índio, até a recente administração da Fundação, os índios da região são vítimas de um "desconhecimento proposital e histórico", segundo ele, com a cumplicidade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

— Eu me pergunto que força oculta atua nessa região de uma forma tão organizada e eficiente contra os interesses indígenas? Até hoje, os índios guaranis só perderam. Em 70 anos, o Poder Público só demarcou 1.500 hectares e os índios perderam,

por invasão ou por decisão da Justiça, mais de 20 mil hectares.

Os erros, segundo Odenir, começaram no início do Século, quando foram demarcadas seis áreas indígenas. Mas, em grande parte, as populações guaranis resistiram, em suas terras tradicionais, até o início da década de 70, período em que se intensificou a expansão da fronteira agrícola para a região. A partir daí, surgiram conflitos e, só em 1978, a Funai voltou a executar trabalhos na região. Mas essas iniciativas de delimitação e demarcação de área indígena voltaram a sofrer um novo golpe, vindos da própria Fundação, a partir de 1985.

— Depois de passar quase 50 anos sem mexer uma palha para beneficiar os índios, a Funai voltou a tocar no problema, reconheceu algumas terras indígenas, para logo depois,

no Grupo de Trabalho Interministerial, em 1986, dizer que aquelas não eram terras indígenas.

A cumplicidade do Poder Legislativo se caracteriza, para Odenir, por omissão, enquanto, segundo ele, o Judiciário tem agido contra os interesses indígenas. Desde 1989, os habitantes de quatro áreas indígenas foram despejados por decisão judicial, que deu ganho de causa a fazendeiros que reclamaram "reintegração de posse". A vitória dos fazendeiros, segundo Odenir, foi facilitada pela Funai.

— Por negligência ou má fé, há processos de reintegração de posse em que não aparece uma linha de defesa dos advogados da Funai, embora houvesse um farto material comprovando que a área em questão não só era de terras imemorais como estava ocupada pelos índios, como no Jaguari e Jarará.